

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXX

FLORIANÓPOLIS, 6 DE ABRIL DE 2021

NÚMERO 7.823

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Nilso Berlanda
1º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alba
1º SECRETÁRIO

Rodrigo Minotto
2º SECRETÁRIO

Padre Pedro Baldissera
3º SECRETÁRIO

Laércio Schuster
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Milton Scheffer
Vice-Líder:

**BLOCO PARLAMENTAR
MDB/NOVO**

Lideranças dos Partidos
MDB NOVO
Valdir Cobalchini Bruno Souza

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO PSD/PSC

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos:
PSD PSC
Ismael dos Santos Jair Miotto

BLOCO PARLAMENTAR PSL/PL

Líder: Ana Campagnolo
Lideranças dos Partidos:
PSL PL
Ana Campagnolo Ivan Natz

BLOCO PARLAMENTAR PP/PSB

Líder: João Amin
Lideranças dos Partidos:
PP PSB
Silvio Dreveck Nazareno Martins

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO PDT/PSDB/PR

Líder: Marcos Vieira
Lideranças dos Partidos:
PDT PSDB
Paulinha Dr. Vicente Caropreso
PR
Sérgio Motta

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Milton Hobus - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Coronel Mocellin
Fabiano da Luz
Paulinha
José Milton Scheffer
João Amin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Jair Miotto
João Amin

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jerry Comper
Romildo Titon
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Milton Hobus

COMISSÃO DE PESCA

E AQUICULTURA
Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Volnei Weber
Neodi Saretta
Dirce Heiderscheidt
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Volnei Weber - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Marcius Machado
Fabiano da Luz
Paulinha
Julio Garcia
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA

**DOS DIREITOS DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA**
Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Marcius Machado
Luciane Carminatti
Marlene Fengler

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Ada De Luca
Sargento Lima
Dr. Vicente Caropreso
Fabiano da Luz
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Jerry Comper
Bruno Souza
Sargento Lima
Ana Campagnolo
Marlene Fengler
Julio Garcia
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Volnei Weber
Coronel Mocellin
Neodi Saretta
Marcos Vieira
Marlene Fengler

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Ada De Luca - Vice-Presidente
Bruno Souza
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
João Amin

COMISSÃO DE TURISMO

E MEIO AMBIENTE
Ivan Natz - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Fabiano da Luz
Paulinha
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Julio Garcia
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sérgio Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Romildo Titon
Felipe Estevão
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jerry Comper - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Fabiano da Luz
Sérgio Motta
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coronel Mocellin - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Ada De Luca
Bruno Souza
Fabiano da Luz
Milton Hobus
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ana Campagnolo
Fernando Krelling
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA
Paulinha - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Romildo Titon
Bruno Souza
Marcius Machado
Julio Garcia
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ada De Luca
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Jair Miotto
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE
Marlene Fengler - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Felipe Estevão
Neodi Saretta
Jair Miotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO

E COMBATE ÀS DROGAS
Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Luciane Carminatti
Sérgio Motta
Jair Miotto

COMISSÃO DE ASSUNTOS

MUNICIPAIS
Romildo Titon - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Neodi Saretta
Marlene Fengler
Silvio Dreveck

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXX NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 020ª Sessão Ordinária realizada em 24/03/2021 2 Ata da 004ª Sessão Extraordinária realizada em 24/03/2021 7</p> <p>Publicações Diversas Ata da Comissão Permanente 9 Ofício..... 9 Portarias..... 9 Projetos de Lei 12 Projeto de Resolução 14 Requerimentos 16</p>
---	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2021

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Mauro de Nadal

Nilso Berlanda
DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

A Presidência comunica a todos os colegas Deputados e Deputadas que, às 15h45, vamos ter manifestação, em Plenário, do Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca, e do Desenvolvimento Rural, o nosso colega

Deputado Altair Silva, que estará falando sobre os programas que o Governo disponibiliza nesta pasta.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Inicia a sua fala, citando que o Brasil está na quinta posição em vacinação no mundo, e a terceira posição com relação ao número de pessoas recuperadas. Comenta que cresce no Brasil a pobreza, e segundo a Fundação Getúlio Vargas, de março a abril do presente ano, o número de desempregados triplicou.

Demonstra revolta com relação a uma tentativa de reintegração de posse, em Joinville, na presente data. Registra que famílias que moram em barracos, e que estão em área de preservação, em Joinville, estiveram prestes a ser deslocadas das suas moradias, sem aviso prévio e sem terem para onde ir.

Concorda que é errado estarem assentados em lugar de preservação ambiental, mas questiona a Justiça por não fazer a mesma ação em edificações construídas em áreas de preservação ambiental, mansões construídas em áreas de mangues. Lamenta o fato ocorrido em um lugar tão pobre, no meio de uma crise, com pessoas desempregadas, e que acordaram com tratores à sua porta.

Afirma que a justiça não funciona igualmente para todos no País.

Por fim, encerra se colocando à disposição das famílias que vão ser deslocadas, informando que vai estar presente quando da retirada dos mesmos, pois não acha justo, considerando o fato desumano. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Registra as celebrações referentes ao centenário do nascimento do Bispo Dom José Gomes, em Chapecó, nascido no RS, um exemplo de fé, de compromisso com a luta pelo povo, de busca pela justiça e dignidade para todos.

Apresenta vídeo para ilustrar a sua fala. Relata que Dom José marcou a história e a vida do povo do oeste catarinense, e foi responsável pelo sucesso do cooperativismo implantado no Estado catarinense.

Finaliza, acrescentando que muitos líderes de movimentos sociais se qualificaram e se formaram com os seus ensinamentos. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Comenta sobre a omissão, que considera criminosa, em relação a pacientes que procuram atendimento devido a suspeita de Covid-19, em hospitais e UPAs em Santa Catarina. Narra que muitos são medicados apenas com

Dipirona ou Paracetamol e voltam para casa, e depois têm que retornar, porque precisam ser internados e até intubados. Cita que muitos até morreram, porque não receberam atendimento adequado.

Alerta que muitas pessoas contaminadas estão esperando vagas em leitos de UTI pela falta de tratamento, que não é dado pelos profissionais da saúde, considerando o fato um absurdo.

Faz pedido ao Presidente da comissão de Saúde da Casa, solicitando que seja criada comissão formada por Parlamentares, MPSC, Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Enfermagem, Secretaria da Saúde, Secretários Municipais e Associação de Hospitais do Estado, para analisar os atestados de óbitos por Covid-19.

Finaliza, fazendo denúncia, alegando que possíveis erros médicos estão sendo acobertados.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Informa que, quando foi contaminado, o médico que o atendeu recebeu Dipirona, afirmando que é a medicação certa para os primeiros sintomas do Covid-19. Lamenta a colocação do colega, salientando que é injusto dizer que os médicos estão sendo omisso, pois os profissionais da saúde merecem respeito e consideração de todos, pelo seu trabalho num momento tão difícil.

Deputado Jessé Lopes (Aparteante) - Concorde com o colega Kennedy Nunes, discordando do Deputado Maurício Eskudlark. Afirma que muitas pessoas morreram pelo fato de não receberem tratamento até que a doença ficasse mais grave. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Refere-se à reunião da Comissão de Saúde, pela manhã, onde foi abordada a aprovação do projeto de lei que trata da normatização da compra das vacinas, e sobre a falta de medicamentos. Haverá, na próxima semana, reuniões e audiências, para agilizar essa questão dos insumos, dos medicamentos e dos kits intubação.

Constata que está se vivendo momentos gravíssimos, com todas as regiões pedindo socorro, e registra que recebeu uma carta dos hospitais privados de Florianópolis, que manifestaram preocupação com a questão da medicação. Reforça que é preciso diminuir a velocidade de contaminação do vírus, porque senão não haverá tempo para diminuir as filas daqueles que esperam por leitos de UTI.

Ressalta que a pandemia tem que ser a prioridade número um neste país, se continuarem com teimosias na compra das vacinas, municípios que têm estoque de vacinas e não vacinam, não se vencerá a pandemia. Diz que é preciso um amplo pacto nacional de combate.

Menciona as medidas econômicas necessárias, que os Governos coloquem a mão nos seus caixas para atender as pessoas que sofrem. Fala do projeto de lei, de sua autoria, para conceder auxílio emergencial aos estabelecimentos optantes do Simples Nacional, como bares, restaurantes, e eventos.

Enfatiza que tem que ter medida de compensação econômica para que se possa implementar medidas que

diminuem a velocidade de transmissão do vírus, caso contrário não será possível frear esse número grande de mortes e de internação, e vai faltar medicamento.

Afirma que algumas Prefeituras e alguns Estados estão com seus caixas cheios, mas quem sofre é o povo, pois o poder público teve economias, têm superávits históricos. Destaca que com R\$20 milhões dá para atender, emergencialmente, os estabelecimentos optantes do Simples, e no Estado de Santa Catarina, que tem o maior superávit da sua história, esse impacto é zero. Considera que as medidas devem diminuir a contaminação desenfreada e o impacto às pessoas que perdem seu o sustento.

Finaliza, pedindo para que se tenha vacinas e que todos os contratos necessários sejam feitos, e quando as vacinas chegarem, tem que sejam aplicadas imediatamente.

Deputado Ricardo Alba (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo pronunciamento e acrescenta que também levantou esse tema, sobre o auxílio econômico que o Estado deve fazer ao setor produtivo, pois quem está sofrendo com essas restrições é o povo, e o poder público está muito bem, recebeu muito recurso. [Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Refere-se à Lei n. 18.032, aprovada pelo Parlamento em dezembro de 2020, que tornou a Educação um serviço essencial em Santa Catarina. Diz que sua bancada votou contra, não por entender que a Educação não é essencial, sendo ela uma pessoa que tem um compromisso com a educação, neste Estado, e que nunca precisou de uma lei para dizer que é essencial.

Comenta que a lei entrou em vigor, e todas às vezes que uma escola fecha, se tem uma ação civil pública exigindo o cumprimento da lei. Coloca que é muito simples aprovar a lei, porém quer saber quantos Deputados estão indo até as escolas ver o que está acontecendo.

Afirma que têm recebido manifestações de pais, professores, de direções, relatando o que está acontecendo na Educação, em Santa Catarina, que merece muita reflexão. Houve dois óbitos de professores, em Itapema, três, em Itajaí, são escolas burlando casos de Covid, porque os professores têm medo de perder o emprego, a falta de equipamentos de proteção, e o ensino remoto, o híbrido e o presencial com precaríssimas condições.

Constata que, no presencial, poucos alunos estão indo, em muitas escolas que visitou, com dois alunos na sala, outras com quatro. Questiona como um professor dá aula para um aluno, dá aula remota para todos os outros alunos ao mesmo tempo. Cita Chapecó que tem uma escola-polo para agregar todas as demais escolas com ensino remoto, então muitos professores têm seus alunos acompanhados por outros professores da escola-polo. E muitos estão sendo incentivados a não dar aula remota, porque não funciona a plataforma digital, eles têm que ir presencialmente.

Argumenta que traz essa realidade aos Deputados para que vejam que não é tão simples aprovar uma lei, o que está acontecendo com os estudantes, o

medo que as famílias têm e a precariedade no trabalho remoto.

Ressalta que a Secretaria de Educação precisa investir em tecnologia, e faz um pedido para à Comissão de Constituição e Justiça, pois têm duas matérias, de sua autoria, que tratam disso, uma que permite que todos os estudantes, professores e escolas tenham acesso ao *notebook*, a um computador, porque se for feito um pregão eletrônico, é viável o custo. Coloca que é ferramenta de trabalho do professor, como um complemento, porque aula com qualidade somente quando tiver vacina.

Menciona que recebeu, neste momento, um convite da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para representar todas as Comissões de Educação e falar da luta pela vacinação dos trabalhadores em Educação. E diz que quer muito que se tenham as escolas abertas, presencialmente, pois nada substitui o professor e os colegas da turma.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparteante) - Relata que pegou R\$2 milhões, das emendas parlamentares que possuem, para a compra de um *tablet* para cada aluno de algumas cidades de sua região. Esclarece que as condições têm que ser iguais para todos, ao aluno do interior com a mesma ferramenta daquele da cidade. [Taquígrafa: Eliana]

Partidos Políticos

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Menciona que foi relator do projeto que leva a autorização ao Governo do Estado, ainda está na Comissão de Saúde, um projeto urgente que tem que ser aprovado pela Casa e encaminhado ao Governo para se tornar lei, e no mínimo, isso servirá como pressão da Alesc no combate ao coronavírus. Vê como sendo essa uma alternativa extremamente importante que deve ser encampada, pois o Estado tem que ter autonomia para poder comprar e reforçar sua rede de vacinação no que diz respeito ao tempo, que não dá para esperar mais, pois os problemas são urgentes.

Relata a iniciativa da Fecam, dos municípios comprarem, através de cartas de intenção, 4.700 milhões de vacinas *Sputnik*, para reforçar a massificação, para professores, para profissionais de saúde, para grupos de risco, para reverter esse problema da economia.

Ressalta que nasceu em Blumenau, no Hospital Santa Isabel, e lá começou sua carreira de médico. Registra que o Covid fez mais uma vítima, o dr. Joares Nogara, com 85 anos, 50 anos de Medicina em Blumenau. Como ele, tantos outros profissionais de Saúde deixam uma lacuna. Manifesta suas condolências à família e ao corpo clínico do Hospital Santa Isabel, consternados que estão pela perda de um ícone.

Transmite para todos os médicos, para todos os profissionais de Saúde da linha de frente, o seu grande abraço, o seu obrigado, e que tudo fará para aumentar o número de pessoas na agilização das vacinas.

Constata que o Brasil está dividido, um manda, outro desmanda. E,

infelizmente, a política da reeleição ceifou a vida de muita gente, pois se tivesse uma voz uníssona, não se estaria perdendo tempo para falar da mesma coisa. Diz que é preciso botar a mão na consciência para saber até quando vale o esforço de fazer política em cima disso.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Junta-se ao Deputado dr. Vicente, enviando seus sentimentos pela perda desse ícone da Saúde, em Blumenau, dr. Joares, que tanto fez pela saúde blumenauense e catarinense. [Taquígrafa: Eliana]

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Comenta que em Santa Catarina a Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único da Assistência Social e o comitê SUAS/SC/Covid-19 em defesa da vida, estão na luta por um auxílio emergencial que venha também do Governo Estadual, para atender não apenas as pessoas em vulnerabilidade, mas também para diminuir a circulação de cidadãos e a transmissão do coronavírus.

Ao mesmo tempo, comenta que a fala do Governador não reflete a situação que o Estado vivencia, ao dizer que Santa Catarina não tem necessidade do auxílio emergencial por viver o pleno emprego. Menciona sua reflexão preocupante em relação às autoridades estaduais que não percebem os problemas do Estado, pois num país onde mais de três mil pessoas morreram num único dia, vítimas da pandemia, e que ainda existem pessoas agonizando na fila à espera de um leito de UTI sem prazo para conseguir, entende isso como uma contradição, bem como faz relato da alta dos preços de alimentos nos supermercados e dos combustíveis.

Questiona como uma nota de dois reais vai sustentar uma família com quatro pessoas ou mais por dia, ao criticar o auxílio emergencial que o Governo Federal pretende dar à população neste ano de 2021 como insuficientes, oscilando entre R\$ 150,00 e R\$ 375,00 no momento mais grave da pandemia, e por menos tempo, que beneficiará menos pessoas. E enfatiza que o Partido dos Trabalhadores continuará a lutar para, no mínimo, se garantir R\$ 600,00 até o final da pandemia. [Taquígrafa: Silvia]

Partido: PSL

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Ao iniciar sua fala, reporta-se a um requerimento de sua autoria, solicitando para realizar audiência pública com a finalidade de discutir sobre tratamento precoce a ser instituído no Estado de Santa Catarina, e um Deputado pediu diligência, o que considera como forma de atrapalhar o processo. Também, contesta as falas dos deputados do PT que o antecederam, em relação aos temas que abordaram, discordando dos posicionamentos dos mesmos. Afirma que auxílio não salva a economia, o que salva a economia é trabalho.

Discorre sobre a manifestação dos setores do comércio, restaurantes, bares e outros que pedem socorro devido às restrições de horário, conforme exibição de vídeo no telão do Plenário, questionando o porquê das proibições e se o problema é a aglomeração ou consumo de bebidas alcoólicas, e menciona o prejuízo dos micro e pequenos

empresários catarinenses que querem trabalhar, que pagam seus impostos e, ao mesmo tempo, ressalta que o que salva a economia é o emprego, é a geração de renda.

Contesta os decretos feitos por Governadores e Prefeitos, pois as pessoas estão desesperadas porque não sabem se no dia de amanhã terão condições financeiras de pagar seus compromissos, como tributos federais, estaduais e municipais, bem como despesas particulares. Menciona que é contra qualquer impedimento ao trabalho, ao *lockdown*, e que sempre insistirá no pedido de apoio e sensibilidade de todos os colegas da Casa Legislativa. [Taquígrafa: Silvia]

Partido: PL

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador)

- Comenta que, no próximo sábado, Santa Catarina comemorará uma data triste, completando 1 ano da compra dos respiradores fantasmas, causando o prejuízo de R\$ 33 milhões ao Estado de Santa Catarina. Também lembra que, até o presente momento, ninguém foi denunciado ou processado.

Registra que, na próxima sexta-feira, a Assembleia Legislativa fará o julgamento do processo de *impeachment* do Governador Carlos Moisés, referente aos R\$ 33 milhões. Concorde que ninguém encontrou crime praticado pelo Governador Carlos Moisés, mas afirma que o Governador cometeu culpa *in vigilando*, apurado na CPI e aprovado por unanimidade pelos seus membros.

Pede desculpas e lamenta que o Tribunal de Justiça venha a este palco para julgar um processo cujo voto, na Casa, foi construído por acordos partidários e por acordos que a sociedade catarinense está acompanhando.

Informa que apresentou uma ação judicial ao Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pedindo a suspensão do líder do Governo, Deputado José Milton Scheffer, do julgamento do processo de *impeachment*, para que seja garantida a imparcialidade.

Comenta do seu afastamento, quando houve a apreciação do processo de *impeachment* do Governador Carlos Moisés, alegando que possui pré-julgamento sobre o processo. E solicita aos demais Deputados que possuem pré-julgamento que se afastem, juntamente com o Deputado José Milton Scheffer. Acrescenta que o Governador ajuizou um mandado de segurança contra o Deputado Ivan Naatz, a fim de evitar a sua participação nas votações envolvendo o *impeachment* do Governador.

Ao fim do discurso, mostra que trouxe um bolo de aniversário para simbolizar o aniversário de um ano sem respostas sobre os R\$ 33 milhões dos respiradores fantasmas. [Taquígrafa: Northon]

Partido: PSL

DEPUTADO RICARDO ALBA

(Orador) - Tece críticas ao STF por cancelar as condenações do ex-presidente Lula, considerando que o ex-juiz Sérgio Moro e Foro de Curitiba eram incompetentes para julgar o caso. Lembra que em 2016 o povo saiu às ruas para apoiar a Operação Lava Jato, o juiz Sérgio Moro e o Ministério Público Federal para trazerem justiça e prenderem políticos corruptos.

Cita que os ministros responsáveis sobre a decisão foram indicados nos governos do PT, e comenta que essa escolha pode resultar na liberdade a diversos políticos condenados por corrupção. [Taquígrafa: Northon]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Esta Presidência suspende a presente sessão para ouvir o excelentíssimo Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, senhor Deputado Altair Silva.

Está suspensa a presente sessão.

Convida o senhor Secretário para fazer uso da tribuna.

DEPUTADO ALTAIR SILVA (SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL) - O meu boa tarde a todos senhores e senhoras Deputadas. Como é bom retornar a esse Plenário, rever os amigos, esta Casa, que é a Casa do debate catarinense.

E semana passada estive visitando nosso Presidente, Deputado Mauro de Nadal, a quem agradeço a sua cortesia, como convidado para fazer uso da palavra por alguns minutos, para falarmos sobre os programas da Secretaria da Agricultura.

Então, em nome do nosso Presidente, do nosso Vice-Presidente e toda Mesa Diretora, quero saudar todos os colegas que estão aqui na sessão presencial, como os colegas que estão participando da sessão *on-line*. É uma alegria muito grande ter o privilégio de, como catarinense, conviver com todos vocês. Saudar o nosso Presidente do partido, Deputado Silvío Dreveck; Deputado João Amin, Deputado José Milton Scheffer também, são nossos colegas de partido.

E sr. Presidente, antes porém, eu quero fazer um agradecimento a esta Casa, no ano passado, naquele momento difícil da estiagem que Santa Catarina vinha enfrentando, aportou recursos para a Secretaria da Agricultura e os processos lá, ainda não estavam bem formatados, depois acabou indo para a Procuradoria-Geral do Estado. Demorou um pouco, e nós assumimos, nos articulamos lá com a Procuradoria-Geral do Estado e, exatamente, no dia de hoje coincidiu com a data de estarmos aqui. Nós estamos fazendo o depósito dos R\$ 50 mil aos 100 municípios, estamos atendendo a todos os municípios que atenderam os pré-requisitos. E os depósitos começaram, sr. Presidente, no dia de hoje, e nós pretendemos até o dia 29 atender a todos os municípios que atenderam os pré-requisitos com a documentação necessária para que, assim, pudéssemos fazer o depósito.

Então, trago ao conhecimento dessa Casa um tema que demorou um pouco, mas graças a Deus agora normatizamos com a PGE e estamos liberando o recurso.

Eu agora vou apresentar sobre os novos programas da Secretaria da Agricultura.

(Procede-se à exibição do *slide*.)

Nós viemos aqui para falar rapidamente sobre os novos programas da Secretaria da Agricultura. Não vou dizer novos, porque eles foram uma junção de vários programas. Nós tínhamos 57

resoluções, ou seja, 57 programas dentro da Secretaria da Agricultura, e isso tinha uma dificuldade dos próprios técnicos entenderem os programas que tínhamos lá. Em conjunto com a nossa equipe, nós conseguimos compactar e viabilizar todos os macros programas da Secretaria da Agricultura em seis grandes programas. Nós definimos como metas cinco grandes programas, mas não foi possível, tivemos que encaixar, para questão de viabilização do programa, seis grandes programas que eu vou passar aqui de uma forma bastante rápida, está no *site* da Secretaria da Agricultura e, também, os senhores receberão a cópia desses programas.

Então, por favor o próximo.

(Procede-se à exibição do *slide*.)

Os seis programas estão divididos no Invest Agro SC; Invest Agro SC - Emergencial, esse eu quero fazer um parêntese.

Uma das dificuldades que houve para liberação de recurso, é que Santa Catarina vive vários fatores climáticos, outra hora é excesso de chuva, outra hora é estiagem, vendavais, ciclones, e nós criamos um programa específico para já ter o enquadramento. Ocorreu, basta aportar recursos, que o programa já está pronto para operacionalizar. Então, toda a resolução, toda a parte legal e jurídica está disponível para que não demore tempo a atender a demanda da necessidade do campo.

O Fomento Agro SC, que é um programa para fomentar as cadeias produtivas do agronegócio catarinense.

E também o Reconstrói SC, que é o que está muito ligado às famílias carentes que precisam quando dá uma vendaval, uma situação que precisa reconstruir parte da sua casa, o telhado, já vai ter um recurso disponível.

O Programa Jovens e Mulheres em Ação.

O Programa Prosolo e Água. Um dos maiores desafios da Secretaria é com a reservação de água nas propriedades, construção de poços, poços artesianos, açudes, armazenamento de água e também a proteção das nascentes. E são prioridade dentro desse Programa Prosolo e Água que cada propriedade rural catarinense tenha sua reservação de água para que durante o período que chove bem se possa armazenar água, e isso é uma prática utilizada no mundo inteiro. E se somar as precipitações que ocorrem durante o ano, ou seja, as chuvas que ocorrem durante o ano, elas são até superiores a nossa necessidade para a agricultura. Mas o que é que nós precisamos fazer? Armazenar essa água para ter ela disponível exatamente nos momentos de mais dificuldade que a propriedade rural vive.

Eu gostaria que passasse o próximo *slide*.

(Procede-se à exibição do *slide*.)

Então, esse programa Investe Agro SC fortalece praticamente todas as cadeias produtivas, eu não vou aqui detalhar todos eles, porque demandaria um tempo superior ao tempo que eu tenho disponível. Mas, em resumo, nós aumentamos o limite dos programas e, também, incluímos todos os programas, e a maioria deles no Programa Menos Juro, ou seja, o produtor contrata junto à instituição financeira e o Estado, através

da Secretaria da Agricultura, dá uma subvenção de juros de até 2,5% sobre o contrato realizado com o banco. Isso foi uma forma, não de dar juros 100% zero para um setor, e para o outro setor pagar as taxas inteiras, com essa distribuição nós vamos atender várias cadeias produtivas com menos juro, e isso vai permitir com que mais produtores possam acessar o crédito rural e fazer os seus investimentos de melhoramento na propriedade.

Passa para o *slide* seguinte.

(Procede-se à exibição do *slide*.)

O Investe Agro SC - Emergencial que já falei aqui, que tem por objetivo atender às emergências com prazo de até oito anos para pagar e subvenção de 2,5% de juro ao ano.

Próximo *slide*.

(Procede-se à exibição do *slide*.)

O Fomento Agro SC, que é a fomentação das cadeias produtivas, principalmente as novas para nós estamos sempre inserindo a inovação no campo.

Passa o seguinte.

(Procede-se à exibição do *slide*.)

A inclusão digital e a qualificação do acesso à energia elétrica. O Fomento Agro SC tem como objetivo principal, e é um grande desafio que o Governador Moisés pediu assim que assumi a Secretaria da Agricultura, a inclusão digital. E se nós formos olhar o relevo, a característica de Santa Catarina, nós temos grande dificuldade no modelo de *internet* via rádio, que ela não tem alcance, e também a velocidade de transmissão desses dados é muito baixo.

Portanto, criamos o programa para que o produtor possa fazer investimentos individuais e também de forma coletiva para melhorar a conectividade, além de trabalhar os arranjos produtivos locais.

Pode seguir.

(Procede-se à exibição do *slide*.)

O Reconstrói SC é um programa que tem um limite de enquadramento de até dez mil reais para aquela família carente que passe por um desastre ambiental ou climático e que precisa reconstruir algo da sua propriedade. Precisa de um recurso com até cinco anos para pagar, que são os dez mil reais por família.

Pode passar também.

(Procede-se à exibição do *slide*.)

E aqui vem um programa muito importante, que é o Jovens e Mulheres em Ação, ele tem como objetivo a capacitação e a participação das mulheres na atividade do agro catarinense e, principalmente, o Conecta Jovem. Nós estamos apresentando aí oportunidade para o filho do produtor rural com até 29 anos de idade, de 16 a 29 anos de idade, adquirir um computador no valor de até cinco mil reais, para pagar em até três anos e com a subvenção de 50% no valor das parcelas pagas em dia, ou seja, pega cinco mil reais e paga, apenas, dois mil e quinhentos reais para que todo o filho do produtor rural possa ter o seu computador de qualidade.

Nós estivemos na segunda-feira no Ministério da Agricultura, e ontem estivemos em vários ministérios também, e um dos desafios que estamos tratando na Secretaria da Agricultura dentro da

conectividade é levar a *internet* com fibra ótica ao interior dos municípios catarinenses. Nós entendemos que para o produtor ter qualidade, para que a família permaneça no campo, para que ela possa investir na agricultura 4.0, para que ela possa fazer automação, é necessário que se tenha *internet* de qualidade.

Por isso, nós estamos trabalhando fortemente e estamos selecionando os primeiros 20 municípios, e vamos precisar inclusive desta Casa, estamos elaborando um projeto de lei que virá aqui para esta Casa para que as concessionárias de energia e cooperativas não cobrem o aluguel dos postes do interior, até porque no interior não existe nenhuma renda e, então, não há uma renúncia de receita nesse sentido. Tanto a Aneel como Anatel falaram que é perfeitamente legal, porque essa cobrança não é uma imposição, é uma decisão de cobrar ou não cobrar da administradora, da empreendedora de transmissão de energia. Mas, para deixar de forma bem legalizada, nós estamos tratando de um projeto de lei que vem para esta Casa dispensando a cobrança dos aluguéis dos postes para a *internet* com fibra ótica no meio rural. Isso vai permitir com que muitas famílias possam ter um novo modelo de educação, e também possam empreender com inovação no meio rural.

Por isso, esses seis grandes programas e a maioria deles com subvenção de juros de até 2,5%, atendendo todas as cadeias produtivas, abrindo espaço para a inovação no campo para que nós possamos também investir em novas cadeias produtivas. E dentro do Programa Terra Boa nós estamos investindo fortemente nos cereais de inverno, Santa Catarina tem um grande déficit de milho e esse ano não será diferente, o déficit será até maior em função da estiagem e também do ataque da cigarrinha. Nós vamos ter uma redução da produção de milho, que antes era próximo dos três milhões, esse ano vamos produzir algo em torno de dois milhões e duzentos mil toneladas. Vamos precisar importar mais de cinco milhões de toneladas de milho para atender a demanda que Santa Catarina precisa, e tradicionalmente é importado de outros estados essa quantidade de milho. Por isso, nós estamos investindo muito forte em cereais de inverno, silagem de inverno, vem aí o trigo forrageiro, que é uma excelente alternativa para o produtor de leite produzir silagem durante o inverno, liberar a área durante o verão para que ele plante milho para grão. Santa Catarina precisa muito aumentar a produtividade de milho aqui para diminuirmos a nossa dependência de milho externo de outros Estados.

Quero, aqui, encaminhar para encerramento. Nós agradecemos essa oportunidade, sr. Presidente, de estar aqui falando dos programas num tempo bastante breve, curto, mas são seis programas fáceis de entender, que englobam todas as cadeias produtivas do agronegócio de Santa Catarina. Nós queremos que o produtor, através das nossas empresas Epagri, Cidasc, Ceasa, que ele tenha a oportunidade de continuar investindo mais, porque só no ano de 2020 o agronegócio catarinense correspondeu por 70% das nossas

exportações, ou seja, a força da entrada de dólares, de recursos para Santa Catarina, vem do agronegócio. E nós, evidentemente, que precisamos estar sempre incentivando o setor produtivo, porque é da geração de empregos que Santa Catarina vive e o agro é atividade que mais gera emprego e que tem sustentado a economia, inclusive neste momento de grande adversidade, com a pandemia que nós estamos enfrentando. O agro tem tido uma participação extraordinária, o agro em nenhum momento passou por *lockdown*, ele trabalha sábado, domingo, feriado, dia santo, não tem dia para parar. O produtor de leite, às cinco horas da manhã, já está lá na construção dele trabalhando para ordenhar e produzir o leite que tanto nós precisamos no dia a dia.

Muito obrigado, sr. Presidente, pela oportunidade, um grande abraço a todos os senhores e senhoras deputadas, e obrigado por esse momento.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Obrigado Secretário por sua participação, é de muita importância a todos nós conhecermos os projetos que a Secretaria dispõe, até para que possamos fazer as orientações a todas as nossas lideranças do interior do Estado de Santa Catarina, principalmente aqueles que são diretamente ligados ao agronegócio catarinense.

A seguir, o sr. Presidente concede a palavra aos seguintes Deputados:

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. Presidente, eu sei que o horário já está adiantado, mas quero aqui aproveitar para cumprimentar o Deputado Altair Silva, atualmente na função de Secretário de Estado da Agricultura, pelo trabalho que já tem desenvolvido à frente dessa pasta, e tem sido um Secretário muito próximo do agricultor e da agricultura catarinense.

E os programas que o Deputado Altair Silva apresenta aqui vão ao encontro da modernidade, da tecnologia, de apoio ao jovem rural, de apoio ao agricultor e, portanto, como presidente da comissão de Agricultura, quero lhe cumprimentar e desejar sucesso na sua missão, ao tempo que também nos colocamos à disposição aqui na Casa para auxiliar naqueles projetos de lei que a Secretaria assim tiver necessidade.

Muito obrigado pela sua presença aqui, colocando em aberto todos os programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

DEPUTADA MARLENE FENGLER - Boa tarde, sr. Presidente, boa tarde aos colegas, mas principalmente boa tarde ao colega e hoje Secretário da Agricultura, Deputado Altair Silva, é um prazer muito grande, em primeiro lugar, tê-lo aqui hoje, mas acima de tudo é uma honra tê-lo como Secretário da Agricultura por ser nosso colega também de Bancada do Oeste, representando esse setor, esse segmento tão importante aqui em Santa Catarina. E eu não tenho dúvidas que vossa excelência vai fazer um trabalho excepcional, já está fazendo, mas vai fazer mais ainda à frente dessa pasta, e a nossa região e todo o segmento da agricultura, da agroindústria, sem dúvida nenhuma, vai se sentir muito bem representada.

Sucesso e parabéns pela sua, já, importante atuação.

DEPUTADO RICARDO ALBA - Sr. Presidente, de uma forma bem breve quero parabenizar o agora Secretário, nosso amigo e colega, Deputado Altair Silva, pelo trabalho que vem desenvolvendo na Secretaria da Agricultura, e com pouco tempo que assumiu a pasta já vem demonstrando um ritmo acelerado de trabalho, atendendo às demandas de vários segmentos do setor e trazendo o resultado esperado nesse segmento que é tão importante para a economia catarinense.

Parabéns pelo trabalho e por vir aqui prestar contas e se colocar à disposição no Parlamento catarinense.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu queria parabenizar o nobre colega Altair Silva, que além de ser um amigo, colega nosso aqui, é muito ligado a nossa UPM, mas só fazer um registro, eu preciso fazer esse registro.

Tem uma empresa de Barra Velha que estava desde fevereiro de 2019 atrás de uma autorização para aumentar a produção e venda de pescados, ele hoje tem 80 funcionários e, com essa autorização que estava desde fevereiro de 2019, vai passar para 200 funcionários. Eu fui lá conversar com outro colega, ex-colega nosso, o Plínio, que é o Presidente da Cidasc, de fevereiro de 2019 até ontem estava trancado, e ontem ele me ligou e amanhã vai entregar pessoalmente lá na empresa. Isso mostra que quando se quer se faz, por isso que eu queria fazer o registro dessa agilidade, quando se trata de criação de novos empregos a gente não pode demorar. Parabéns Secretário.

DEPUTADO FABIANO DA LUZ - Eu quero cumprimentar o sr. Presidente, Deputado Mauro de Nadal; parabenizar o Deputado e agora Secretário de Agricultura, Altair Silva, e chamar a atenção realmente do Secretário para duas situações delicadas que nós estamos vivendo no oeste. Uma delas a questão da estiagem que voltou a assolar a nossa região, já tem município puxando água para abastecer propriedades do interior porque estão sem água. Então, a estiagem é um problema sério, e a outra, é essa questão da praga da cigarrinha que atingiu as lavouras de milho, que pegou o oeste, meio-oeste e que está deixando os agricultores apavorados com a situação, porque estão realmente perdendo a safra, perdendo produção, perdendo qualidade da silagem para o gado. Então, é algo que nós precisamos estar atentos, e também a questão do leite, que mais uma vez está preocupando muito a todos os produtores, sr. Secretário.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra ao sr. Secretário da Agricultura, Deputado Altair Silva, para fazer as suas considerações finais.

DEPUTADO ALTAIR SILVA (SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL) - Em relação à estiagem, como o Deputado aqui colocou, de forma bem rápida, nós estamos no dia de hoje começando a pagar o recurso de R\$ 50 mil, recurso que esta Casa aportou à Secretaria da Agricultura, e já está sendo pago, e até o dia 29 nós vamos atender a todos os municípios. Já

estamos vivendo um momento de estiagem, abrimos uma licitação para comprar mais tanques pipas para 104 municípios de Santa Catarina, e essa licitação já está em tramitação.

E o leite, realmente, com a queda do poder aquisitivo da população, os preços estão muito abaixo de mercado, o produtor está amargando os prejuízos. Inclusive, levamos para a Ministra Tereza Cristina uma proposta para transformar parte desse leite em leite em pó para ser distribuído através do PNAE, ou seja, do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e nós estamos buscando alternativas para este momento. Meu muito obrigado.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Agradecemos a presença do sr. Secretário da Agricultura, e damos por encerrada a sua explanação. [Transcrição: Taquígrafa Silvia]

Neste momento, o senhor Presidente reabre a sessão ordinária e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00232/2021, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que dispõe sobre a transferência de recursos em caráter emergencial aos Municípios atingidos pela estiagem de 2020 no Estado.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprova permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00234/2021, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que institui o Programa RECOMEÇA SC.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprova permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0058/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus, que isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as importações e operações com vacinas e insumos destinados à sua fabricação, para o enfrentamento à pandemia causada pelo agente do Coronavírus (SARS-COV-2).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados Milton Hobus, Sargento Lima e Paulinha.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprova permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0290/2019, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que dispõe sobre a Campanha de Conscientização e Incentivo à Doação de Cabelos destinados às pessoas com alopecia decorrente de quimioterapia.

Ao projeto foi apresentada emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Há dois projetos extrapauta, consulta os senhores Deputados para votação.

Projeto de Lei n. 0035/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que dispõe sobre a compra e logística para aplicação de vacinas no combate ao Covid-19 no Estado de Santa Catarina.

Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2021, de autoria do Legislativo, que altera o art. 1º e o parágrafo 5º do art. 2º do Decreto Legislativo n. 18.332, de 2020, que declara estado de calamidade

pública em Santa Catarina, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 2000.

Consulta os srs. líderes se concordam com a deliberação da matéria na presente data.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0035/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que dispõe sobre a compra e logística para aplicação de vacinas no combate ao Covid-19 no Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

Discutiram e encaminharam a votação da presente matéria a sra. Deputada Ana Campagnolo, e os Deputados Jessé Lopes, Neodi Saretta, João Amin, Valdir Cobalchini, Maurício Eskudlark, Bruno Souza, Sargento Lima.

A Presidência informa à Deputada Ana Campagnolo que o projeto em momento algum faz a menção expressa do autorizativo, e tem a parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Saúde; e de Finanças.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2021, de autoria do Legislativo, que altera o art. 1º e o parágrafo 5º do art. 2º do Decreto Legislativo n. 18.332, de 2020, que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 2000.

Em discussão.

Discutiram e encaminharam a votação da presente matéria os srs. Deputados Sargento Lima, Bruno Souza, Jessé Lopes, que manifestaram voto contrário, e José Milton Scheffer pedindo a aprovação da matéria. Também discutiram a matéria os Deputados Silvio Dreveck, João Amin e Valdir Cobalchini.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, às 16h51, para votar a redação final das matérias aprovadas na presente sessão.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sara]

ATA DA 004ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2021

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 16h51, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Mauro de Nadal

Nilso Berlanda

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

A Presidência dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Votação, em bloco, das redações finais das matérias que serão nominadas:

Projeto de Lei Complementar n. 0232/2021;

Projeto de Lei Complementar n. 0234/2021;

Projeto de Lei n. 0058/2021;

Projeto de Lei n. 0290/2019;

Projeto de Lei n. 0035/2021;

Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2021.

Não há emendas às redações finais.

Estão em votação as redações finais das matérias lidas.

Em votação.

Os srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Pedido de Informação n. 0185/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da entrega do Ginásio Poliesportivo "Raphael Martins dos Santos", construído nas dependências da Escola Governador Ivo Silveira na cidade de Palhoça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0186/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando à Secretária de Estado da Saúde, informações acerca de dois equipamentos essenciais para diagnósticos de coronavírus que se encontram danificados no Laboratório Central de Saúde Pública do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0187/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca da Maternidade Carmela

Dutra como referência para gestantes com Covid-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0189/2021, de autoria do Deputado Pe. Pedro Baldissera, solicitando, ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca do perfil econômico dos internados nos hospitais públicos e privados que vieram a óbito em decorrência do Covid 19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0179/2021, de autoria da Deputada Paulinha, manifestando apelo ao Ministro do Estado da Educação pela implementação do curso de Medicina junto ao Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Catarina, no Campus de Curitibaanos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0180/2021, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, apelando ao Governador de Santa Catarina, que atenda as solicitações enviadas pelos representantes do setor de transporte de turismo e escolar, para

que possa minimizar o impacto financeiro que a classe vem recebendo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0181/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, cumprimentando a policial penal Bruna Longen, pela criação do Projeto Reabilitação, implantado na Penitenciária Masculina do Complexo Penitenciário do Vale do Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0182/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando o Coronel Amarildo de Assis Alves, pelo serviço prestado à população catarinense por 37 anos e 9 meses.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0183/2021, de autoria da Deputada Paulinha, cumprimentando o Senhor Álvaro João Mondadori Junior, pela nomeação no cargo de Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico e Turismo, no Município de Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0184/2021, de autoria da Deputada Paulinha, cumprimentando a Federação Catarinense dos Municípios, pela criação da Câmara Técnica de Desenvolvimento Econômico.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0366/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa CLARO, urgência na instalação de uma antena de telefonia móvel, na localidade de Pedrinhas, Município de Pedras Grandes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0367/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa CLARO, a instalação de uma antena de telefonia móvel, na localidade de São Pedro, Município de Urubici.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0368/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa TIM, urgência na instalação de uma antena de telefonia móvel,

na localidade de Pedrinhas, Município de Pedras Grandes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0369/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa TIM, a instalação de uma antena de telefonia móvel na localidade de São Pedro, Município de Urubici.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0370/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa Vivo, urgência na instalação de uma antena de telefonia móvel, na localidade de Pedrinhas, Município de Pedras Grandes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0371/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa VIVO de telefonia móvel, a instalação de uma antena de telefonia móvel, na localidade de São Pedro, Município de Urubici.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0378/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da Celesc, acerca da projeção de lucros líquidos da referida entidade para o exercício de 2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0379/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da CASAN, solicitando a previsão de encerramento das obras de coleta e tratamento de esgoto no Município de Criciúma, região da Grande Próspera.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0380/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0381/2021 e 0382/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão; 0383/2021, 0384/2021, 0385/2021, 0386/2021, 0387/2021, 0388/2021, 0394/2021, 0395/2021, 0396/2021 e 0397/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0389/2021, 0390/2021, 0391/2021, 0392/2021 e 0393/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0398/2021, 0399/2021 e 0417/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 0400/2021, de autoria do Deputado Mauro de Nadal;

0401/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; 0402/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto; 0413/2021, 0414/2021 e 0415/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0511/2021, 0512/2021 e 0513/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0515/2021, de autoria do Deputado João Amin; 0516/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 0517/2021, 0518/2021, 0519/2021, 0523/2021, 0524/2021, 0525/2021, 0526/2021 e 0527/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0520/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0521/2021, de autoria da Deputada Marlene Fengler; 0522/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza; 0528/2021, 0530/2021 e 0531/2021, de autoria do Deputado Sérgio Motta; 0529/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima; 0532/2021, 0533/2021, 0534/2021, 0535/2021, 0536/2021, 0537/2021, 0538/2021, 0539/2021 e 0540/2021, de autoria da Deputada Paulinha.

Finda a pauta da Ordem do Dia.
[Transcrição: Taquígrafa Sara]

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Comenta que a classe médica merece todo o reconhecimento da população pelo seu trabalho diante do cenário de pandemia.

Relata notícias de que, no Estado da Paraíba, cerca de 32 médicos e 36 profissionais da saúde chegaram a óbito devido a Covid. Fala de seus amigos, na Capital, que também foram contaminados, e cita o doutor Marcos Túlio, do Hospital Regional. Discorre sobre casos da doença vivenciados pelos médicos e o medo de que possam, em algum momento, contaminar seus respectivos familiares.

Repudia qualquer tipo de fala contrária ao protocolo apresentado pelos médicos, pois acredita que os mesmos são profissionais capacitados para a prescrição de medicamentos. Mostra-se contrário ao tratamento precoce, dizendo que não tem um estudo científico que comprove a sua eficácia.

Fala que estamos vivendo uma guerra e que os profissionais da saúde devem ser referenciados pelo trabalho atuante no combate ao coronavírus.

Pede que a vacina seja aplicada também aos profissionais da segurança pública, pois os mesmos estão à frente neste momento, cumprindo a lei e expondo-se ao contágio. [Taquígrafia: Guilherme]

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Diz que existe um grupo de famílias que necessitam ser respeitadas, pois estão sendo esquecidas neste Parlamento, que é a família educadora.

Lembra que mais de mil famílias, no Estado, optaram pelo *homeschooling* e fala da tramitação do Projeto de Lei que regulamentaria esta atividade, que foi rejeitado pela Casa.

Fala que ao menos duas famílias foram processadas pelo Ministério Público por realizar tal prática, sob o argumento de que não existe legislação que a regulamente. Cita casos ocorridos em Santa Catarina, de famílias que foram obrigadas a matricular os seus filhos em uma escola mesmo nesta época de pandemia, e diz que a família se tornou agora propriedade do Estado.

Lembra que ninguém pode proibir qualquer família de fazer o *homeschooling*, e faz um apelo a todos os Deputados que ajudem, tirando-as da marginalidade e protegendo-as.

Comenta novamente sobre o sistema de transporte coletivo intermunicipal, dizendo que o mesmo é precário e, em sua opinião, atua de forma ilegal.

Fala sobre as licenças concedida às empresas sem licitação e que até hoje nenhuma licitação foi realizada para estas

empresas. Questiona a operacionalização das mesmas e reforça o estado precário em que atuam.

Denuncia que há quase 20 anos o Ministério Público vem tentando fazer que haja uma licitação para estes serviços, e pergunta quem se beneficia com esta situação, indagando por que ninguém fala do assunto.

Questiona o Secretário da Infraestrutura, Thiago Vieira, por que não se faz as licitações e por que empresas regulamentadas pela ANTT não entram no sistema, sem uma

resposta. Ressalta que continuará buscando, até obter uma explicação. [Taquígrafia: Guilherme]

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sara]

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos nove dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta minutos, com amparo no §1º do artigo 125 do Regimento Interno e de acordo com o Ato da Presidência nº006-DL, de 24 de fevereiro de 2021, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Regis e por videoconferência, sob a Presidência do senhor Deputado Milton Hobus, os senhores Deputados Membros da Comissão: Deputado Jerry Comper, Deputado Jessé Lopes, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Volnei Weber. Também esteve presente o Deputado Marcos Vieira, substituindo o Deputado Sérgio Motta. Foram abertos os trabalhos de instalação da Comissão de Proteção Civil, referente às 3ª e 4ª Sessões Legislativas da 19ª Legislatura. Em seguida, foi aberta a inscrição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão, sendo apresentada a indicação do Deputado Jerry Comper, para Presidente, e do Deputado Milton Hobus, para Vice-Presidente. Após a votação, o senhor Presidente da Reunião declarou os eleitos por unanimidade. Ato contínuo passou a condução ao Deputado Jerry Comper, agora Presidente eleito, que agradeceu aos senhores Deputados pela condução à Presidência, parabenizou o Deputado Milton Hobus pelos dois anos que esteve à frente desta Comissão e pelo período que atuou na Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, tornando-a referência nacional. Em seguida, salientou que o estado é assolado por diferentes eventos climáticos e que esta Comissão tem papel fundamental para os catarinenses. Ato contínuo abriu a palavra para livre manifestação dos membros. Por fim, informou que tão logo tenha assuntos a tratar, será convocada uma reunião da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e demais presentes e encerrou a reunião. E para constar, eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Presidente, Vice-Presidente, membros e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Jerry Comper – Presidente

Deputado Milton Hobus - Vice-Presidente

Deputado Fabiano da Luz - Membro

Deputado Jessé Lopes - Membro

Deputado Maurício Eskudlark - Membro

Deputado Sérgio Motta - Membro

Deputado Volnei Weber - Membro

———— * * * ————

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 0036.9/2021

Ofício TCE/SC/GAP/PRES/4194/2021

Florianópolis, 26 de março de 2021.
Encaminha "link" de acesso ao Relatório Anual de Atividades, ao Parecer CONT - 037/2021, e ao Balanço Geral, referentes ao exercício de 2020.

Adircélio de Moraes Ferreira Júnior
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 30/03/21

———— * * * ————

PORTARIAS

PORTARIA Nº 170, de 28 de janeiro de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **JHULY ARCENO MEDEIROS**, matrícula nº 10706, de PL/GAB-78 para o PL/GAB-38 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 28 de janeiro de 2021 (GAB DEP FELIPE ESTEVÃO)

Republicada por incorreção

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

———— * * * ————

PORTARIA Nº 699, de 11 de março de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ELIANE BOEING**, matrícula nº 6573, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de março de 2021 (GAB DEP NEODI SARETTA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

———— * * * ————

PORTARIA Nº 535, de 1º de março de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ELLEN MAIARA GRIEBEL PINHEIRO**, matrícula nº 10672, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 2 de março de 2021 (GAB DEP RICARDO ALBA).

Republicada por incorreção

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 887, de 6 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **ALEXANDRE BRAGGIO**, matrícula nº 8442, de PL/GAB-76 para o PL/GAB-65 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP SILVIO DREVECK).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 888, de 6 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **MARCOS VICTOR CARDOSO**, matrícula nº 9349, de PL/GAB-79 para o PL/GAB-84 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP FELIPE ESTEVÃO).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 889, de 6 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **NADIA DE BONNA PIVA**, matrícula nº 6658, de PL/GAB-49 para o PL/GAB-51 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP JOSÉ MILTON SCHEFFER).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 890, de 6 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **ARNALDO PEREIRA GARCIA**, matrícula nº 6662, de PL/GAB-79 para o PL/GAB-55 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP JOSÉ MILTON SCHEFFER).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 891, de 6 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **INGRID CHINEPPE HOFSTATTER**, matrícula nº 10493, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (DL - CC - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 892, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR VALMIR LUIZ STUANI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP FABIANO DA LUZ - GUARACIABA).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 893, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR IDAMIR PAULO ZAMBON, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-58, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP FABIANO DA LUZ - CHAPECÓ).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 894, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR WELLINGTON JEREMIAS DE SA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP ISMAEL DOS SANTOS – SÃO JOSÉ).
Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 895, de 6 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **RAMIRO FERNANDES**, matrícula nº 7112, de PL/GAB-79 para o PL/GAB-80 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP JERRY COMPER).
Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 896, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR JEAN HENRIQUE HAVENSTEIN, matrícula nº 9613, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-80, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP JEAN KUHLMANN – BLUMENAU).
Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 897, de 6 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR INGRID CHINEPPE HOFSTATTER, matrícula nº 10493, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (DL – CC – COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO).
Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 898, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **AUGUSTO DAMO CORREA**, matrícula nº 10808, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP CORONEL ONIR MOCELLIN).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 899, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR EDUARDO LUIZ MAURO, matrícula nº 10830, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP MARCOS VIEIRA - JABORA).
Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 900, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR SERGIO ROBERTO MACHADO, matrícula nº 9477, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP SILVIO DREVECK – SÃO JOÃO BATISTA).
Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 901, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR JULIO CESAR SGROTT, matrícula nº 5240, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-79, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP JEAN KUHLMANN - BLUMENAU).
Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

* * *

PORTARIA Nº 903, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANNY MAITE ODA PERONDI**, matrícula nº 9454, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP MARLENE FENGLER).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * *

PORTARIA Nº 904, de 6 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **FERNANDO MINCATO DANIEL**, matrícula nº 10771, de PL/GAB-51 para o PL/GAB-54 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP BRUNO SOUZA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * *

PORTARIA Nº 905, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **BRUNO BERGMANN** matrícula nº 10943, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP BRUNO SOUZA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * *

PORTARIA Nº 906, de 6 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **LETICIA MACHADO REIS TINOCO MENDES**, matrícula nº 9364, de PL/GAB-98 para o PL/GAB-100 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP ISMAEL DOS SANTOS).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * *

PORTARIA Nº 907, de 6 de abril de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de

2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **ROSIANE INDALENCIO GERONIMO VIEIRA**, matrícula nº 8130, de PL/GAB-98 para o PL/GAB-100 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2021 (GAB DEP ISMAEL DOS SANTOS).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * *

PORTARIA Nº 908, de 6 de abril de 2021.

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR LUIS PAULO SILVEIRA, matrícula nº 8218, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP JOÃO AMIN).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

_____ * * *

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0093.0/2021

Cria o Programa Usuário Ativo: Informação, Segurança e Economia – RodoSC –, de incentivo à participação dos usuários no fornecimento de informações direcionadas ao aperfeiçoamento da manutenção da malha rodoviária sob responsabilidade do Estado e dá outras providências.

Art. 1º. Fica criado o Programa Usuário Ativo: Informação, Segurança e Economia -RodoSC, com o objetivo de viabilizar a participação de usuários no fornecimento de informações direcionadas ao aperfeiçoamento da manutenção da malha rodoviária sob responsabilidade do Estado.

Parágrafo único. O RodoSC será administrado pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Os usuários fornecerão as informações diretamente a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Santa Catarina, utilizando-se para isso dos meios de que dispuserem ou daqueles que o órgão venha a colocar a sua disposição.

§ 1º As informações prestadas serão referentes às rodovias pavimentadas ou não pavimentadas sob responsabilidade do Estado.

§ 2º Os usuários participantes serão identificados, em cada informação, mediante sua vinculação a um determinado veículo automotor, por meio de sua placa de identificação.

Art. 3º. Além das ocorrências de maior porte, são consideradas relevantes as informações relativas a:

I – buracos, depressões e fissuras, mesmo que de pequenas dimensões;

II – árvores com risco iminente de queda;

III – presença de animais vivos ou mortos na pista;

IV – falhas na sinalização horizontal;

V – placas de sinalização com visibilidade comprometida, ilegíveis ou depredadas;

VI – obras na pista sem a devida sinalização, ou com sinalização precária;

VII – deslizamentos;
VIII – indícios ou início de desmoronamento de pista, ponte, viaduto, túnel ou passarela; e
IX – locais de alagamento de pista, de pista escorregadia e de fácil derrapagem.

Parágrafo único. Outros casos que demandam intervenções poderão ser incluídos pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Santa Catarina na relação de ocorrências na malha rodoviária do Estado a serem registradas pelas informações.

Art. 4º. Na implementação do RodoSC, poderá ser utilizado aplicativo desenvolvido para smartphones ou dispositivos móveis similares, baseado em navegação por satélite, que possibilite a rápida comunicação das ocorrências informadas pelos usuários.

Art. 5º. O RodoSC poderá ser implementado por etapas, com planejamento específico por região, município, trecho de rodovia ou tipo de veículo, entre outros critérios.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Valdir Vital Cobalchini
MDB

Lido no Expediente
Sessão de 06/04/21

JUSTIFICATIVA

A interatividade é uma das pedras do toque do mundo atual. Ela está presente nos aplicativos, lançados em profusão que promovem novas e promissoras relações entre os cidadãos, as entidades públicas e privadas.

Nessa perspectiva, surgiram aplicativos como o Waze, o Google Maps, dentre outros, que se referem ao trânsito e às vias de rodagem, com inegável sucesso e que representa bem o propósito deste Projeto de Lei.

Tratam-se de aplicativos que promovem a mobilidade urbana, fornecendo serviços aos seus usuários, inimagináveis até bem pouco tempo, como a melhor rota a se chegar a um destino, o tempo do deslocamento, a distância a ser percorrida, a intensidade do trânsito no percurso.

Além disso, indicam a ocorrência de acidentes de trânsito, de obras, de buracos na pista, a presença de radares, dentre outros.

Isso tudo não seria possível sem a participação intensa dos usuários fornecendo informações, em tempo real, relativas a essas ocorrências nas vias de trânsito nas cidades e nas rodovias.

Para cada comunicação de ocorrência, o usuário ganha pontos, elevando seu status dentro do sistema Waze e Google Maps.

Nesta mesma linha, a experiência da Prefeitura de Florianópolis e de outras prefeituras no estímulo à participação de seus cidadãos na comunicação de eventuais ocorrências em seu perímetro urbano por meio de aplicativo para smartphones e para dispositivos móveis similares, tem sido bastante exitosa.

O objetivo deste Projeto de Lei visa aperfeiçoar a manutenção da malha rodoviária sob responsabilidade do Estado de Santa Catarina, por meio da participação dos usuários no fornecimento de informações precoces a respeito de ocorrências nos leitos das rodovias o que viabiliza antecipar providências e, assim, reduzir substancialmente os custos da manutenção e muito mais eficazes os resultados.

Também há um propósito de se concentrar nas ocorrências de menor vulto que podem, no futuro, se tornar casos de maior gravidade, se não forem atacados imediatamente no seu surgimento, diminuindo o custo de manutenção, por meio de aplicativo que disponibilize meios para tornar as informações de ocorrências mais rápidas e ágeis.

Mais de 62 mil km de estradas federais, estaduais e municipais formam a malha viária catarinense. A manutenção do leito asfaltado e das obras de arte, a conservação sustentável dos recursos naturais presentes nas margens das rodovias, o atendimento às necessidades dos usuários, a operação da rodovia de responsabilidade da Secretaria de Estado da Infraestrutura e mobilidade são desafios permanentes.

O presente projeto ao criar o RodoSC se insere nesse foco de modernidade, tornando os recursos de manutenção mais bem aproveitados, traduzindo eficiência e segurança aos usuários.

Sala das Sessões, em

Deputado Valdir Vital Cobalchini

MDB

PROJETO DE LEI Nº 0094.1/2021

Inclui os parágrafos 4º e 5º na redação da Lei 18.032, de 8 de dezembro de 2020, assegurando o direito ao exercício integral e regular das atividades comerciais do ramo alimentício e dá outras providências.

Art. 1º. O art. 1º da Lei Estadual 18.032, de 8 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

§4º. Consideram-se incluídos no rol de estabelecimentos do inciso I deste artigo os bares, restaurantes e pubs e a estes é assegurado o direito ao exercício de suas atividades nos seus respectivos horários regulares de funcionamento;

§5º. É assegurado, aos estabelecimentos descritos no parágrafo anterior, o direito de comercializar a integralidade de seu “mix de produtos” ao longo do seu horário regular de funcionamento, ressalvado o direito de ocupação mínima de 40% (quarenta por cento), não podendo a administração pública determinar em contrário na ausência de Lei. (NR)”

.....

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 31 de março de 2021.

JESSÉ DE FARIA LOPES

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/21

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o trabalho digno é direito de todos e que este deve ser promovido e incentivado pelo Estado, com a colaboração da sociedade, pelo bem do desenvolvimento da pessoa humana, do exercício da cidadania e do bem estar social no geral.

No entanto, é sabido que na conjuntura política vigente diversas famílias têm tido cerceado seu direito ao exercício de suas funções laborativas, tudo em decorrência da ‘pandemia’ do Covid-19 e dos seus efeitos.

São incontáveis as famílias que dependem diretamente do fluxo comercial oriundo de seus empreendimentos comerciais, quer seja uma loja de propriedade familiar, uma oficina ou uma mera personalidade jurídica para comercialização de produtos de forma individual. Fato é que o trabalho digno reflete diretamente no desenvolvimento e no próprio caráter do povo e, portanto, deve receber tratamento de serviço de essencialidade extrema, uma vez que a impossibilidade do exercício deste primeiro pode acarretar consequências socialmente danosas das mais diversas.

Nos últimos meses, temos assistido de perto um desastre acontecer. O Governo do Estado, agora afastado, comemorava a concessão de financiamentos aos pequenos empreendedores como se fosse uma coisa boa - ainda que só o tenha feito mais de um ano depois do início da pandemia e, consequentemente, das restrições laborativas impostas ao catarinense.

Nesse âmbito, ao lado do setor de eventos, os bares e restaurantes, em especial os “pubs” (bares com funcionamento noturno), têm saído muito prejudicados e, apesar de alguns estarem sobrevivendo a esse desastre, muitos se vêem prestes a fechar as portas. O drama ainda aumentou nas últimas semanas, em que tem vigorado decretos que restringem a venda de determinados produtos a determinados horários que dificultam e até impossibilitam a movimentação do estoque.

Impossibilitar a venda de todo o “mix de produtos” dos estabelecimentos faz reduzir drasticamente o fluxo de clientela, uma vez que o público que busca um momento de relaxamento quer, seja no local de comércio ou ainda via delivery, encontrar conforto, o que é minado por restrições existentes infundadas e que não se mostram evidentemente eficazes.

Por conta disso, proponho a modificação da Lei Estadual proposta pelo Deputado Mocellin, a fim de explicitar na letra da lei a GARANTIA CONSTITUCIONAL do Direito ao trabalho desse setor, em especial no que tange a comercialização da integralidade do seu “mix de produtos”.

Por tais razões, conta-se com o apoio dos Deputados no sentido de aprovar o presente Projeto de Lei, pelo bem do bem-estar geral e da garantia dos direitos constitucionais aos cidadãos catarinenses.

Sala das sessões, 31 de março de 2021.

JESSÉ DE FARIA LOPES

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 0095.2/2021

Dispõe sobre o reconhecimento das atividades dos setores de comércio de rua e de comércio em centros comerciais e *shopping centers* como atividades essenciais no Estado de Santa Catarina, permitindo o exercício das atividades mesmo em período de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia.

Art. 1º. Em atenção ao disposto no art. 6º da Constituição Federal, fica reconhecida a atividade de comércio de rua e de comércio em centros comerciais e *shoppings centers* como atividades essenciais, no âmbito do Estado de Santa Catarina, mesmo em tempos de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia.

§1º. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo a todas as modalidades de comércio realizadas em praças públicas, vias públicas, e em quaisquer centros comerciais situados em território catarinense.

§2º. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se, associadamente, às modalidades de comércio realizadas em feiras e eventos de caráter transitório, nos termos da Lei Estadual 17.501/28.

Art. 2º. Fica assegurado o pleno exercício das atividades do setor de comércio de rua e de comércio em centros comerciais e *shoppings centers*, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a partir da entrada em vigor da presente lei.

Art. 3º. A Secretaria de Estado da Saúde, por meio dos órgãos competentes, deverá determinar as medidas sanitárias aplicáveis, em complemento à presente lei, as quais deverão ser respeitadas pelo público em geral e pelos responsáveis dos respectivos estabelecimentos, ressalvado o direito de ocupação mínima de 50% (cinquenta por cento) dos espaços utilizados.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 31 de março de 2021.

JESSÉ DE FARIA LOPES

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 06/04/21

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o trabalho digno é direito de todos e que este deve ser promovido e incentivado pelo Estado, com a colaboração da sociedade, pelo bem do desenvolvimento da pessoa humana, do exercício da cidadania e do bem estar social no geral.

No entanto, é sabido que na conjuntura política vigente diversas famílias têm tido cerceado seu direito ao exercício de suas funções laborativas, tudo em decorrência da alegada ‘pandemia’ do Covid-19.

São incontáveis as famílias que dependem diretamente do fluxo comercial oriundo de seus empreendimentos comerciais, quer seja uma loja de propriedade familiar, uma oficina ou uma mera personalidade jurídica para comercialização de produtos de forma individual. Fato é que o trabalho digno reflete diretamente no desenvolvimento e no próprio caráter do povo e, portanto, deve receber tratamento de serviço de essencialidade extrema, uma vez que a impossibilidade do exercício deste primeiro pode acarretar consequências socialmente danosas das mais diversas.

Por tais razões, conta-se com o apoio dos Deputados no sentido de reconhecer como essenciais as atividades do setor de comércio de rua e de comércio em centros comerciais e *shoppings centers*, pelo bem do bem-estar geral e da garantia dos direitos constitucionais aos cidadãos catarinenses.

Sala das sessões, 31 de março de 2021.

JESSÉ DE FARIA LOPES

Deputado Estadual

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0004.5/2021

Cria a Procuradoria Especial do Homem no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica criada a Procuradoria Especial do Homem no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, vinculada à Presidência, constituída por 01 (um) procurador e 01 (um) Procurador Adjunto, eleitos pelos Deputados na primeira quinzena da primeira e terceira sessões legislativas, com mandato improrrogável de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo.

§ 1º Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

§ 2º A eleição do Procurador e do Procurador Adjunto far-se-á mediante votação por escrutínio secreto, exigida maioria absoluta em primeiro escrutínio e, maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria absoluta dos Deputados.

§ 3º O Procurador Adjunto, quando possível, deve pertencer a partido distinto do Procurador.

§ 4º No caso de vacância, proceder-se-á à nova eleição para a escolha do sucessor.

§ 5º Quando for insuficiente o número de Deputados para a eleição de que trata este artigo, caberá à Presidência, por ato próprio, designar os Procuradores, no prazo previsto no *caput*.

§ 6º As funções atribuídas ao Procurador e ao Procurador Adjunto do Homem não serão remuneradas.

Art. 2º A Procuradoria Especial do Homem terá como finalidades a defesa e a promoção da igualdade, da autonomia, do

empoderamento e da representação dos homens, bem como o enfrentamento a todas as formas de discriminação e de violência contra o homem.

Art. 3º Compete à Procuradoria Especial do Homem:

I — Atuar pela participação mais efetiva dos Deputados nos órgãos e nas atividades da Alesc;

II — Receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes do Estado denúncias de violência e discriminação contra o homem, e fazer o seu acompanhamento;

III — Fiscalizar e acompanhar a execução de programas dos governos federal, estadual e municipais, que visem à promoção da igualdade, e à implementação de campanhas educativas e contra a discriminação;

IV — Fomentar a participação e a representação dos homens na política;

V — Cooperar e construir parcerias com organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas públicas para os homens;

VI — Promover pesquisas, estudos, seminários, palestras e congêneres sobre violência e discriminação contra os homens e temáticas dessa natureza, inclusive para fins de divulgação ao público e fornecimento de subsídio às Comissões Permanentes da Alesc;

VII — promover e implementar campanhas educativas referentes à temática de igualdade no âmbito estadual;

VIII — debater e posicionar-se sobre questão de igualdade no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional; e

IX — Propor e integrar a articulação de políticas transversais de igualdade nos órgãos governamentais e na sociedade civil.

Parágrafo único. Compete ao Procurador Adjunto auxiliar o Procurador nas suas atribuições, inclusive por meio de delegação, e substituí-la em seus afastamentos e impedimentos.

Art. 4º As ações da Procuradoria Especial do Homem contarão com o suporte dos demais órgãos da Alesc e serão divulgadas pela Diretoria de Comunicação Social.

Art. 5º A Alesc deve fornecer a estrutura administrativa e de pessoal adequada para o funcionamento da Procuradoria Especial do Homem.

Art. 6º É vedada a designação de suplente de Deputado, que assumir em caráter provisório, para as vagas da Procuradoria Especial do Homem.

Art. 7º A primeira designação para as vagas da Procuradoria Especial do Homem dar-se-á pela Presidência da Alesc, por ato próprio, em até quinze dias após a publicação desta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Deputada Ana Campagnolo

Ada De Luca

Bruno Souza

Coronel Mocellin

Dirce Heiderscheidt

Dr. Vicente Caropreso

Fabiano da Luz

Felipe Estevão

Fernando Krelling

Ismael dos Santos

Ivan Naatz

Jair Miotto

Jerry Comper

Jessé Lopes

João Amin

José Milton Scheffer

Kennedy Nunes

Laércio Schuster

Luciane Carminatti

Jean Jackson

Marcus Machado

Marcos Vieira

Marlene Fengler

Maurício Eskudlark

Mauro de Nadal

Milton Hobus

Moacir Sopelsa

Nazareno Martins

Neodi Saretta

Nilso Berlanda

Padre Pedro Baldissera

Paulinha

Ricardo Alba

Rodrigo Minotto

Romildo Titon

Sergio Motta

Sargento Lima

Silvio Dreveck

Valdir Cobalchini

Volnei Weber

Projeto de Resolução que ora submete à apreciação deste Parlamento tem o objetivo de criar a Procuradoria Especial do Homem no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com a finalidade de defender e promover a igualdade, a autonomia e a representação dos homens, bem como o enfrentamento a todas as formas de discriminação e de violência contra o homem.

Importante destacarmos algumas questões acerca dos homens:

O Homem se aposenta mais tarde/usufrui menos tempo do benefício;

O Homem não recebe pensão da esposa (após falecimento);

A licença paternidade (CLT) é de somente 01 (um) dia;

O Homem participa do alistamento obrigatório no Exército;

Na prática, o homem não tem preferência para obter a guarda dos filhos;

O homem não é prioridade em situações de emergência e conflitos armados;

Homens constituem 95% da população carcerária no Brasil;

A maioria dos moradores de rua são homens;

Homens são as maiores vítimas de assassinato no Brasil

A maioria dos suicidas são homens;

A maioria das pessoas que morrem nas guerras são homens;

Os homens estão com desempenho pior nas escolas;

Os homens abandonam mais a escola e a universidade;

Os homens não recebem de forma igualitária (recebem menos) tratamento especializado e prioridades no sistema público de saúde desde que ele surgiu. Também recebem menos assistência social;

OS empregos mais perigosos são desempenhados por homens;

A maioria dos homens jamais terá quem os sustente em caso de desemprego.

De acordo com a proposta, à Procuradoria Especial do Homem caberá, entre outras atribuições, receber, examinar e encaminhar, aos órgãos competentes, denúncias de violência doméstica e discriminação contra o homem; fiscalizar e acompanhar a execução de programas do Governo do Estado, que visem à promoção da igualdade, bem como à implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito estadual; cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implantação de políticas públicas para os homens; promover pesquisas, seminários, palestras, estudos e congêneres sobre a violência e discriminação contra o Homem; e estimular ainda mais a participação do homem na política. Além disso, é previsto que as funções exercidas pelo Procurador e Procurador Adjunto do Homem não serão remuneradas.

Tem-se a convicção de que, com a criação da Procuradoria Especial do Homem, a Alesc estará contribuindo para a redução da desigualdade no Estado com um instrumento de fortalecimento da democracia, de modo a aproximar, por conseguinte, os cidadãos catarinenses da participação política perante este Parlamento, e a fazer com que este cumpra a sua função democrática em prol da sociedade catarinense.

Sala das sessões,

Deputada Ana Campagnolo

REQUERIMENTOS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO DEPUTADO VOLNEI WEBER
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQUERIMENTO 17.7/2021

O Deputado que este subscreve, com amparo no art. 37, do Regimento Interno, **REQUER** a constituição de Comissão Mista formada por membros da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, Comissão de Economia, Ciência, Minas e Energia e Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, com o prazo máximo de funcionamento de 60 (sessenta) dias, com o objetivo de apreciar e analisar o processo de estudo da desestatização dos portos do Estado de Santa Catarina.

A formação dessa Comissão é necessária para que a Assembleia Legislativa cumpra seu papel constitucional de fiscalizador dos atos do Poder Executivo, conforme preceitua o artigo 40, XI, da Constituição do Estado de Santa Catarina, neste ínterim, pretende-se avaliar todos os aspectos da desestatização, quais sejam, econômico, financeiro, comercial, especialmente o impacto social para as regiões portuárias do Estado.

Destaca-se, que o modelo de administração portuária atualmente aplicada nos Portos Estaduais é adotado na maior parte dos portos do mundo, e que a autoridade pública tem como foco balancear os interesses comerciais com os da sociedade, fomentando consideravelmente a economia local.

Ainda, os índices e relatórios apresentados pelas administrações dos portos administrados pelo Governo do Estado apontam índices positivos, batendo recordes de movimentação de cargas e de lucratividade, sendo portos autossustentáveis, onde suas receitas garantem o custeio total de novos investimentos, da folha de

pagamento de seus funcionários e da implementação de programas socioambientais que realizam.

A composição da Comissão Mista, conforme inciso III, art. 37, do RIALESC será da seguinte maneira:

3 membros da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público;
 2 membros da Comissão de Economia, Ciência, Minas e Energia; e
 2 membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano.
 Por derradeiro, requeremos as providências cabíveis para os devidos registros e apontamentos de praxe nesta Casa Legislativa.

Sala das Sessões,

Deputado Volnei Weber

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO DEPUTADO CORONEL MOCELLIN
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQUERIMENTO 18.8/2021

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no art. 40 do Regimento Interno e na Resolução 05 de 2005, **REQUEREM** a constituição da Frente Parlamentar de apoio ao desenvolvimento do setor de Gás Natural Veicular - GNV, como objetivo de tratar das melhorias e inovações para o setor.

Sala das Sessões, em

Deputado Coronel Mocellin

Deputado Fernando Krelling

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Volnei Weber

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQUERIMENTO 19.9/2021

A Deputada que este subscreve, com amparo no art. 37, do Regimento Interno, **REQUER** a constituição de Comissão Mista formada por membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Comissão de Legislação Participativa, com o prazo máximo de funcionamento de 60(sessenta) dias, com o objetivo de debaterem o PLC 0003.0/2019, bem como, a educação domiciliar em Santa Catarina.

A formação dessa Comissão é necessária de forma a auxiliar o Estado, as crianças, os adolescentes, os pais, os professores e a toda sociedade na busca pelo debate e a discussão acerca deste importante tema.

Salienta-se que, com esta Comissão será possibilitada a ampla discussão com toda a sociedade, oportunizando que todos possam se manifestar, tanto os que forem contrários, quanto aqueles que forem favoráveis.

A composição da Comissão Mista, conforme inciso III, art. 37, do RIALESC será da seguinte forma:

02 (dois) membros da Comissão de Educação, Cultura e Desporto;

02 (dois) membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

01 (um) membro da Comissão de Legislação Participativa

Por derradeiro, requeremos as providências cabíveis para os devidos registros e apontamentos de praxe nesta Casa Legislativa.

Sala da Comissão,

ANA CAMPAGNOLO

Deputada Estadual
